

Colégio
00001

Sala
0001

Ordem
0001

Dezembro/2018



Ministério Público do
Estado de Pernambuco

Concurso Público para Provimento de Vagas de
Analista Ministerial
Área Auditoria

Nome do Candidato

Caderno de Prova 'B02', Tipo 001

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

TIPO-001

Nº do Documento

000000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO

PROVA

Conhecimentos Básicos
Conhecimentos Específicos
Discursiva-Redação

Conhec. Básicos / Conhec. Específicos / Disc. Redação
Cargo ou opção B02 - ANALISTA MINISTERIAL - ÁREA AUDITORIA
Tipo gabarito 1

001 - C	011 - C	021 - E	031 - A	041 - A
002 - E	012 - A	022 - B	032 - D	042 - B
003 - D	013 - B	023 - A	033 - B	043 - D
004 - B	014 - D	024 - A	034 - C	044 - D
005 - C	015 - D	025 - E	035 - D	045 - B
006 - A	016 - E	026 - D	036 - C	046 - C
007 - E	017 - C	027 - C	037 - E	047 - E
008 - D	018 - E	028 - D	038 - A	048 - C
009 - B	019 - B	029 - B	039 - D	049 - A
010 - A	020 - C	030 - C	040 - E	050 - E



CONHECIMENTOS BÁSICOS

Língua Portuguesa

Atenção: Para responder às questões de números 1 a 6, baseie-se no texto abaixo.

[Um documentário britânico]

No início dos anos 1980, uma equipe da TV BBC britânica veio ao Brasil gravar um documentário sobre as condições de vida numa favela do Rio de Janeiro. A ideia era mostrar de forma hiper-realista, no melhor estilo “câmera invisível” da tradição anglo-americana de reportagem, um dia na vida de uma jovem favelada. A intenção era explorar ao máximo as chagas abertas e a penúria do dia a dia na favela, as condições aviltantes da vida no morro.

Acontece que a eleita para servir de fio condutor do programa personificava a negação viva de toda a carga de sombra e amargura que o registro clínico de seu cotidiano na favela nos faria esperar dela. A moça, porém, em meio à pobreza, irradiava uma energia alegre e espontânea, uma satisfação íntima consigo mesma e uma sensualidade exuberante que jamais se encontrariam numa inglesa de sua idade, não importando a classe social. Embora tivesse razões de sobra para queixar-se do destino e viver na mais espessa melancolia, ela esbanjava alegria de viver por todos os poros e arrancava luz das trevas com sua vitalidade interior.

Inesquecível é a cena em que a moça ia buscar água numa bica distante de casa e, para o desconcerto da equipe da BBC, voltava carregando o balde pesado equilibrado na cabeça e... cantando! A relação assim estabelecida entre o barraco pobre e objetivo e o alegre palácio interior dá o que pensar. Pelo menos terá feito pensar muito os jornalistas britânicos que vieram para fazer uma reportagem e fizeram outra.

(Adaptado de: GIANETTI, Eduardo. **Trópicos utópicos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2016, p. 160-161)

1. O objetivo que trouxe ao Rio de Janeiro os profissionais da BBC
 - (A) foi parcialmente alcançado, pois a jovem moradora da favela não deixou de expor o otimismo brasileiro, reconhecido internacionalmente.
 - (B) remodelou-se durante a reportagem, já que as atitudes da jovem convenceram a equipe de jornalistas que a prioridade deveria ser outra.
 - (C) frustrou-se pelo fato de que o hiper-realismo da reportagem planejada consistia em se ater aos aspectos mais negativos da vida na favela.
 - (D) desviou-se do plano original, de vez que as mazelas sociais a serem destacadas eram menores do que as imaginadas pela equipe de jornalistas.
 - (E) mostrou-se inócuo, pois a personalidade da moça impedia qualquer visibilidade para os aspectos negativos da rotina de uma favela.

2. Estes dois segmentos expressam comportamentos ou atributos relativos à jovem moradora da favela não previstos pelos jornalistas britânicos:
 - (A) *fio condutor do programa – no melhor estilo “câmera invisível”.*
 - (B) *carga de sombra e amargura – registro clínico de seu cotidiano.*
 - (C) *as chagas abertas e a penúria – na mais espessa melancolia.*
 - (D) *arrancava luz das trevas – as condições aviltantes da vida no morro.*
 - (E) *palácio interior – irradiava uma energia alegre e espontânea.*

3. Considerando-se o contexto, traduz-se adequadamente o sentido de um segmento do texto em:
 - (A) *mostrar de forma hiper-realista* (1º parágrafo) = figurar de modo sensacionalista.
 - (B) *as condições aviltantes da vida* (1º parágrafo) = os subterfúgios indignos da rotina.
 - (C) *registro clínico de seu cotidiano* (2º parágrafo) = interpretação analítica do seu dia a dia.
 - (D) *Embora tivesse razões de sobra* (2º parágrafo) = Ainda que lhe sobejassem motivos.
 - (E) *para o desconcerto da equipe* (3º parágrafo) = a fim de desnortear o grupo.



4. Há transposição de uma voz verbal para outra e pleno atendimento das normas de concordância no seguinte caso:
- (A) uma equipe de repórteres britânicos visitaria a favela / a equipe dos repórteres britânicos teriam visitado a favela.
 - (B) os costumes do dia a dia da favela seriam documentados / documentariam o cotidiano habitual de uma favela.
 - (C) a jovem personificava o contrário das expectativas / eram opostas as expectativas que personificavam a jovem.
 - (D) uma energia incontrolável era a marca dos gestos da jovem / a jovem marcava os gestos que não controlavam sua energia.
 - (E) o autor estabelece uma relação entre um barraco e um palácio / o autor faz ver a relação que estabelece um barraco e um palácio.
-
5. É clara e correta a redação deste livre comentário sobre o texto:
- (A) Não contava a equipe de jornalistas em que a moça da favela intervisse com sua alegria na reportagem programada para ser de denúncia.
 - (B) Tipicamente europeus os jornalistas britânicos achavam que era impossível haverem expansões de alegria num cenário como os de uma favela.
 - (C) Aos jornalistas britânicos não ocorreu que os modos da jovem moradora da favela transcendessem as expectativas iniciais da reportagem.
 - (D) Talvez lhes tenha parecido excessivos os rompantes de alegria com que a jovem da favela não se continha diante dos jornalistas britânicos.
 - (E) A sensualidade da moça não se restringia sob o peso dos fatos que deveriam deprimir-lhe, mas que pelo contrário, nela se irradiavam com alegria.
-
6. A substituição do elemento sublinhado pelo que vem entre parênteses não altera o sentido nem implica incorreção na seguinte frase:
- (A) A moça voltava cantando, para o desconcerto da equipe = **desnorteando a**
 - (B) O balde pesava-lhe na cabeça mas ela cantava = **sobrecarregava-a sua cabeça**
 - (C) Os traços de sensualidade evidenciavam sua disposição para a vida = **mostravam-na imbuída**
 - (D) Aos jornalistas espantou a força de viver daquela jovem = **admoestou-lhes o ímpeto inato**
 - (E) Ao barraco pobre pode corresponder a força do palácio interior = **mostra-se análoga a investida**
-

Atenção: Para responder às questões de números 7 a 10, baseie-se no texto abaixo.

[Para onde vão as palavras]

Como se sabe, a palavra durante algum tempo foi obrigada a recuar diante da imagem, e o mundo escrito e impresso diante do falado na tela. Tiras de quadrinhos e livros ilustrados com um mínimo de texto hoje não se destinam mais somente a iniciantes que estão aprendendo a soletrar. De muito mais peso, no entanto, é o recuo da notícia impressa em face da notícia falada e ilustrada. A imprensa, principal veículo da esfera pública no século XIX assim como em boa parte do século XX, dificilmente será capaz de manter sua posição no século XXI.

Mas nada disso pode deter a ascensão quantitativa da literatura. A rigor, eu quase diria que – apesar dos prognósticos pessimistas – o mais importante veículo tradicional da literatura, o livro impresso, sobreviverá sem grande dificuldade, com poucas exceções, como as das enciclopédias, dos dicionários, dos compêndios de informação etc., os queridinhos da internet.

(Adaptado de: HOBBSAWM, Eric. **Tempos fraturados**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013, p. 29-30.)

7. Ao fazer um prognóstico da situação da literatura em nosso século, o autor acredita que ela
- (A) perderá toda a sua qualidade artística, em função dos critérios quantitativos pelos quais se orientará.
 - (B) sobreviverá graças aos recursos visuais que pouco a pouco substituirão o espaço dos textos.
 - (C) assimilará recursos da internet que a farão recuperar seu prestígio como a arte mais querida de todas.
 - (D) sofrerá com o contínuo desprestígio das palavras, que desde o século XIX cedem lugar para as imagens.
 - (E) permanecerá representada pelos livros impressos, à exceção dos dicionários e publicações similares.



8. A expressão *A rigor, eu quase diria que* (2º parágrafo) deve ser entendida, no contexto, com o mesmo sentido que tem a expressão:
- (A) Por outro lado, devo convir que.
 - (B) Talvez eu possa mesmo asseverar que.
 - (C) Ainda assim, quase posso afiançar que.
 - (D) Para ser exato, estou para afirmar que.
 - (E) Pensando bem, eu deveria estar dizendo que.
-
9. O **verbo** indicado entre parênteses deverá flexionar-se de modo a concordar com o elemento sublinhado na seguinte frase:
- (A) Entre as várias atrações que (**conter**) um livro, uma é a de tornar-se um objeto do afeto de quem o possui.
 - (B) Se há imagens pelas quais se (**deixar**) prender um espectador, há palavras que encantam um leitor.
 - (C) Quando há num livro imagens excessivas, que (**contaminar**) um texto, as palavras saem desvalorizadas.
 - (D) A despeito de (**haver**) nele figuras demais, esse livro infantil atrai também um leitor adulto.
 - (E) Aos frequentadores da internet (**atrair**) sobretudo o volume de informações que nela circulam.
-
10. Está plenamente adequada a pontuação da seguinte frase:
- (A) A menos que, por um milagre, as velhas enciclopédias sobrevivessem, os jovens de hoje, já acostumados com a rapidez, encontrariam nelas, certamente, um desafio para a sua paciência, quando as fossem consultar.
 - (B) A menos que por um milagre, as velhas enciclopédias sobrevivessem, os jovens de hoje já acostumados, com a rapidez, encontrariam nelas certamente, um desafio para a sua paciência, quando as fossem consultar.
 - (C) A menos que por um milagre, as velhas enciclopédias, sobrevivessem, os jovens de hoje já acostumados com a rapidez encontrariam nelas, certamente um desafio, para a sua paciência, quando as fossem consultar.
 - (D) A menos que por um milagre as velhas enciclopédias sobrevivessem, os jovens de hoje, já acostumados, com a rapidez encontrariam nelas, certamente, um desafio, para a sua paciência quando as fossem consultar.
 - (E) A menos, que por um milagre, as velhas enciclopédias sobrevivessem os jovens de hoje, já acostumados com a rapidez, encontrariam, nelas, certamente, um desafio para a sua paciência, quando as fossem consultar.
-

Matemática e Raciocínio Lógico

11. Considere os números inteiros de 1 até 1 000. A porcentagem desses números que são múltiplos de 11 é
- (A) 7%
 - (B) 12,4%
 - (C) 9%
 - (D) 10,4%
 - (E) 11%
-
12. Para numerar manualmente, de 1 até 140, um caderno de 140 páginas, o número de vezes que o algarismo 1 deve ser escrito é
- (A) 75
 - (B) 70
 - (C) 78
 - (D) 82
 - (E) 67
-



13. No caixa de uma loja, ocorreram seis operações sucessivas que são as descritas a seguir:
1. O cliente A pagou uma quantia igual à quantia que havia no caixa;
 2. O gerente retirou 100 reais para pagar um fornecedor;
 3. O cliente B pagou uma quantia igual à quantia que havia no caixa;
 4. O gerente retirou mais 100 reais para pagar outro fornecedor;
 5. O cliente C pagou uma quantia igual à quantia que havia no caixa;
 6. O gerente retirou mais 100 reais para pagar mais um fornecedor e o caixa ficou sem dinheiro algum.

A quantia que havia no caixa no início, imediatamente antes da primeira dessas operações, era

- (A) R\$ 125,50
 - (B) R\$ 87,50
 - (C) R\$ 175,00
 - (D) R\$ 75,50
 - (E) R\$ 125,00
-
14. Considere como verdadeiras as premissas seguintes, mesmo que sejam absurdas.

- Todo canadense tem antepassados ingleses.
- Todo inglês tem antepassados saxões.
- Existem alemães com antepassados ingleses.

De acordo com as premissas dadas, entre as sentenças seguintes, a única FALSA é:

- (A) Todo canadense tem antepassados saxões.
 - (B) Alguns alemães têm antepassados saxões.
 - (C) Quem não tem antepassados saxões não é inglês.
 - (D) Nenhum alemão tem antepassados saxões.
 - (E) Quem não tem antepassados ingleses não é canadense.
-

Noções de Informática

15. Por padrão, as extensões de arquivos conhecidos e ocultos não são exibidas nos nomes de arquivos apresentados no Explorador de Arquivos ou na Área de trabalho do Windows 10. Existem diferentes formas para configurar a apresentação das extensões de arquivos, sendo uma delas, por meio do
- (A) clicar do botão direito do *mouse* sobre a Barra de ferramentas > clicar em Mostrar extensões de nomes de arquivos.
 - (B) Explorador de Arquivos > menu Início > clicar em Mostrar extensões de nomes de arquivos.
 - (C) clicar do botão direito do *mouse* na Área de trabalho > na janela que aparece clicar em Exibir > clicar em Mostrar extensões de nomes de arquivos.
 - (D) Explorador de Arquivos > menu Exibir > clicar a opção Extensões de nomes de arquivos.
 - (E) clicar do botão direito do *mouse* na janela do Explorador de Arquivos > na janela que aparece clicar em Exibir > clicar em Mostrar extensões de nomes de arquivos.
-

16. O trecho de planilha abaixo foi editado no Microsoft Excel 2010, em português, e apresenta a quantidade existente de cada um dos itens de um estoque. Quando há o – (traço) na quantidade significa que não há aquele item no estoque.

	A	B
1	Item	Quantidade
2	1	10
3	2	-
4	3	5
5	4	-
6	5	5
7		

Considerando que a fórmula: =CONT.NÚM(B2:B6) foi inserida na célula B7, esta célula apresentará:

- (A) 20
 - (B) #N/D
 - (C) 5
 - (D) #VALOR!
 - (E) 3
-



17. Os ícones abaixo apresentados representam alguns dos recursos da plataforma G Suite.



I



II



III

Os ícones I, II e III representam, respectivamente, os recursos

- (A) Documentos, Agenda e Chat.
- (B) Formulários, Planilha e Agenda.
- (C) Documentos, Planilhas e Apresentações.
- (D) Formulários, Agenda e Documentos.
- (E) Documentos, Formulários e Agenda.

Legislação Aplicada ao MPPE

18. Jurema, de perfil autoritário, estabeleceu união estável com Amelly, caracterizada por uma relação de poder e submissão, nunca aceitando a ideia de que sua companheira (vulnerável e submissa) trabalhasse fora de casa. Ao descobrir que Amelly participaria de uma entrevista de emprego, Jurema destruiu todos os documentos pessoais de sua companheira, bem como escondeu seus objetos de trabalho, mantendo-os consigo, a fim de que ela não participasse da entrevista nem conseguisse demonstrar aptidão com os instrumentos necessários para realizar o ofício para o qual poderia ser contratada. Nesse caso, para efeitos da Lei nº 11.340/2006 (Lei Maria da Penha) a violência doméstica contra mulher

- (A) estará caracterizada apenas se Amelly comprovar que a conduta de Jurema lhe causou dano emocional e diminuição da auto-estima, não havendo, neste caso, previsão de determinação liminar pelo juiz.
- (B) não está caracterizada, pois foi praticada por pessoa do sexo feminino.
- (C) não está caracterizada, pois a referida lei não abrange a violência patrimonial.
- (D) está caracterizada, constituindo uma das formas de violação dos direitos humanos, não havendo, entretanto, na referida lei, previsão de determinação liminar pelo juiz em casos de violência patrimonial.
- (E) está caracterizada, constituindo uma das formas de violação dos direitos humanos, podendo o juiz determinar, liminarmente, a restituição de bens à Amelly.

19. Djalma, funcionário público, não poderia, por falta de competência, responsabilizar Heloísa, sua subordinada, por infração por ela praticada no exercício do cargo e por ele vista, sendo que, por indulgência, Djalma não levou o fato ao conhecimento de mais ninguém. Nesse caso, uma vez descoberta por outros meios a existência do fato narrado, de acordo com o Código Penal, considerando apenas as informações fornecidas, Djalma

- (A) não responderá por nenhum crime, pois ele não tinha competência para responsabilizá-la.
- (B) responderá pelo crime de condescendência criminosa, para o qual é prevista a pena de detenção de quinze dias a um mês, ou multa.
- (C) responderá pelo crime de prevaricação, para o qual é prevista a pena de quinze dias a um mês e multa.
- (D) responderá pelo crime de condescendência criminosa, devendo a pena ser aumentada de um terço em razão de não ter levado o fato ao conhecimento da autoridade competente por indulgência.
- (E) responderá pelo crime de prevaricação, devendo a pena ser aumentada de um terço em razão de não ter levado o fato ao conhecimento da autoridade competente por indulgência.

20. Com relação especificamente aos servidores à disposição do Ministério Público de Pernambuco, de acordo com a Lei nº 12.956/2005 e suas alterações posteriores (Dispõe Sobre os Órgãos de Apoio Técnico e Administrativo do MPPE), é correto afirmar que

- (A) devem ter vínculo efetivo ou empregatício com a Administração Pública apenas nas esferas federal ou estadual, sendo permitido ao Ministério Público de Pernambuco requisitar servidores municipais contratados temporariamente.
- (B) podem ter vínculo efetivo ou empregatício com a Administração Pública em qualquer das esferas, sendo permitido ao Ministério Público de Pernambuco requisitar servidores exclusivamente comissionados.
- (C) só poderão ser colocados à disposição do Ministério Público de Pernambuco mediante requisição do Procurador-Geral de Justiça, observada a necessidade do serviço.
- (D) devem ter vínculo efetivo ou empregatício com a Administração Pública apenas nas esferas federal ou estadual, sendo vedado ao Ministério Público de Pernambuco requisitar servidores exclusivamente comissionados ou contratados temporariamente.
- (E) só poderão ser colocados à disposição do Ministério Público de Pernambuco mediante requisição do Corregedor-Geral do Ministério Público de Pernambuco.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS****Controle Interno e Externo**

21. O Tribunal Pleno, diante das razões expostas pelo Relator, DECIDE: (...) recomendar à Casa Civil da Presidência da República que promova estudos técnicos no sentido de avaliar a conveniência e oportunidade do reposicionamento hierárquico da Secretaria Federal de Controle Interno - SFC junto ao órgão máximo do Poder Executivo, retirando-a do Ministério da Fazenda, de modo a prestigiar-se o aumento no grau de independência funcional da entidade, em face da busca de maior eficiência no desempenho das competências definidas no art. 74 da Constituição Federal; Decisão TCU 507/2001-P Min. Rel. Marcos Vinícios Vilaça.

A decisão acima desencadeou análises que reestruturaram importante órgão de Estado, a respeito do qual é correto afirmar que

- (A) deve manter-se independente, não assistindo o cumprimento da missão institucional de nenhum outro órgão.
 - (B) sua chefia passou a ser privativa de procurador do Ministério Público.
 - (C) subordina-se hierarquicamente ao Tribunal de Contas respectivo.
 - (D) é, em verdade, o Tribunal de Contas Estadual.
 - (E) deve integrar um sistema, avaliando as metas constantes do plano plurianual.
-
22. As decisões do Tribunal de Contas
- (A) perfazem coisa julgada, prejudicando a rediscussão da questão no âmbito do Poder Judiciário, ainda que acerca de vício no devido processo.
 - (B) que imputem débito têm força de título executivo, podendo ser executadas em juízo.
 - (C) que determinem diretamente a sustação de execução contratual não necessitam de comunicação ao Poder Legislativo.
 - (D) podem ser revistas por apelação dirigida ao Poder Legislativo.
 - (E) podem ser revistas por apelação dirigida ao Superior Tribunal de Justiça.

-
23. O Tribunal de Contas é competente para
- (A) apreciar a constitucionalidade de leis.
 - (B) apreciar, para fins de registro, a legalidade das nomeações para cargos de provimento em comissão.
 - (C) escolher, dentre os titulares do cargo de analista de controle externo, um de seus Membros.
 - (D) julgar as contas do Governador do Estado de Pernambuco.
 - (E) julgar as contas dos Prefeitos dos Municípios de Pernambuco.

-
24. Nos termos literais da Lei Orgânica do TCE-PE, são consideradas especiais as auditorias que
- (A) são instauradas pelo Tribunal quando constatadas situações de excepcionalidade.
 - (B) tenham como objetivo verificar a legalidade dos atos administrativos de natureza orçamentária, financeira ou patrimonial.
 - (C) forem instaladas para apuração de verbas sigilosas, tais como os gastos do gabinete civil e militar.
 - (D) são conduzidas em apoio à ação de outros órgãos de governo, tais como a Polícia Civil.
 - (E) são instaladas para conduzir instrução criminal.

-
25. Art. 72. O Tribunal de Contas da União, com sede no Distrito Federal e quadro próprio de pessoal, tem jurisdição em todo o País.

(...)

§ 3º Os seus Ministros serão nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pelo Senado Federal, dentre brasileiros, maiores de trinta e cinco anos, de idoneidade moral e notórios conhecimentos jurídicos, econômicos, financeiros ou de administração pública, e terão as mesmas garantias, prerrogativas, vencimentos e impedimentos dos Ministros do Tribunal Federal de Recursos. Constituição Federal de 1964 com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 1 de 1969, revogada pela Constituição Federal de 1988.

A Constituição Federal anterior estabelecia que todos os membros do Tribunal de Contas da União seriam escolhidos pelo Presidente da República. Isso foi alterado com a nova ordem, pois

- (A) todos os membros passaram a ser escolhidos pelo Congresso Nacional.
- (B) todos os membros passaram a ser concursados.
- (C) não há mais a necessidade de o Senado aprovar, previamente, os Ministros indicados pelo Presidente da República.
- (D) não se exige mais idoneidade moral dos nomeados.
- (E) além de idoneidade moral, passou a se exigir reputação ilibada.



26. Acerca dos cargos de Auditor e de Membro do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas,
- (A) os Membros do Ministério Público são indicados pelo Procurador Geral do respectivo órgão.
 - (B) os Auditores, escolhidos por meio de concursos de provas e títulos, são incumbidos das fiscalizações *in loco*.
 - (C) essas carreiras foram extintas pela Constituição de 1988.
 - (D) cada uma das carreiras tem uma vaga reservada como membro do Tribunal de Contas, desde que escolhidos pelo Chefe do Poder Executivo.
 - (E) essas carreiras foram fundidas pela Constituição de 1988.
-
27. É uma atribuição dada aos Tribunais de Contas pela Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000)
- (A) elaborar o Relatório de Gestão Fiscal dos entes municipais.
 - (B) autorizar as operações de crédito externo dos entes municipais.
 - (C) alertar o Poder Executivo municipal quando o montante de sua despesa total com pessoal ultrapassar 90% do limite.
 - (D) publicar o Relatório Resumido da Execução Orçamentária dos entes municipais.
 - (E) autorizar a concessão de garantia por entidades da administração indireta.
-

Auditoria

28. As normas de planejamento de auditoria das demonstrações contábeis determinam que se documente
- (A) as versões superadas das demonstrações contábeis, plano de auditoria e cópias de documentos corrigidos em decorrência de erros tipográficos.
 - (B) eventuais alterações significativas ocorridas na estratégia global, notas que reflitam entendimento preliminar e documentos em duplicata.
 - (C) a estratégia global de auditoria, o plano de auditoria e cópias de documentos corrigidos em decorrência de erros tipográficos.
 - (D) a estratégia global de auditoria, o plano de auditoria e eventuais alterações significativas ocorridas na estratégia global.
 - (E) as notas que reflitam entendimento preliminar, o plano de auditoria e eventuais alterações significativas ocorridas na estratégia global.
-
29. Segundo as normas de auditoria, o risco de negócio resulta de
- (A) distorção relevante identificada e avaliada que, no julgamento do auditor, requer consideração especial na auditoria.
 - (B) condições, eventos, circunstâncias, ações ou falta de ações significativas que possam afetar adversamente a capacidade da entidade de alcançar seus objetivos e executar suas estratégias.
 - (C) processo planejado, implementado e mantido pelos responsáveis pela governança, administração e outros empregados para fornecer segurança razoável quanto à realização dos objetivos da entidade.
 - (D) declarações da administração, explícitas ou não, que estão incorporadas às demonstrações contábeis, utilizadas pelo auditor para considerar os diferentes tipos de distorções potenciais que possam ocorrer.
 - (E) procedimentos de auditoria aplicados para a obtenção do entendimento da entidade e do seu ambiente, para a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante.
-
30. Ponderando a impossibilidade de analisar todos os documentos de todos os processos de aposentadoria em um determinado ano, a seção de controle interno optou por conduzir investigação pormenorizada de apenas parte dos processos. Nesse caso,
- (A) tal opção viola a missão institucional do controle interno, que deve analisar a legalidade de todos os atos praticados pela administração.
 - (B) é possível que se realize tal amostra, desde que seus resultados não sirvam de base para conclusão a respeito da população da qual ela é selecionada.
 - (C) para que se empregue a amostragem, é necessário considerar a finalidade do procedimento de auditoria e as características da população da qual será retirada a amostra.
 - (D) houve equívoco no emprego da amostragem, pois tanto o exercício quanto o tipo de ato são ambos determinados.
 - (E) a amostragem é aceita, embora não exista norma específica de auditoria acerca do procedimento.
-



31. Considere as afirmativas abaixo acerca da auditoria operacional.
- I. A Constituição Federal de 1988 a estabeleceu como competência dos Tribunais de Contas.
 - II. Os Tribunais de Contas podem realizá-la por iniciativa própria.
 - III. Os Tribunais de Contas podem realizá-la por iniciativa do Poder Legislativo.
 - IV. Podem ser objeto dessa auditoria tanto unidades administrativas do Poder Executivo, quanto do Legislativo e do Judiciário.
- Está correto o que se afirma em
- (A) I, II, III e IV.
 - (B) II, III e IV, apenas.
 - (C) III e IV, apenas.
 - (D) I, II e IV, apenas.
 - (E) II e III, apenas.
-
32. De acordo com a definição dada pelas normas técnicas vigentes, o zelo profissional do perito contábil
- (A) recomenda que o perito não deve restringir seus trabalhos ao conteúdo técnico-científico.
 - (B) não significa que o perito deva avocar para si a responsabilidade pessoal por todas as informações prestadas no laudo pericial contábil.
 - (C) não compreende necessariamente o cumprimento dos prazos nos termos contratados em perícia extrajudicial.
 - (D) é o cuidado que ele deve dispensar na execução de suas tarefas, em relação à sua conduta, documentos, prazos e tratamento dispensado às autoridades, a fim de que seja respeitado.
 - (E) importa não modificar seu posicionamento após críticas ou argumentos contrários.
-
33. Sobre os mecanismos da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF para transparência, controle e fiscalização,
- (A) os Estados devem disponibilizar suas informações e dados contábeis na forma estabelecida pelo órgão central de contabilidade da União, embora a LRF não estabeleça uma penalidade específica pelo descumprimento.
 - (B) os Municípios devem encaminhar ao Ministério da Fazenda, nos termos definidos em instrução específica, informações para constituição de registro eletrônico da dívida pública externa.
 - (C) é obrigatória a disponibilização, a qualquer pessoa, de informações acerca do recebimento de toda a receita, exceto, motivadamente, aquela referente a recursos extraordinários.
 - (D) embora os mecanismos encontrem-se subentendidos pela Lei, que trata de contabilização e limites de gasto, não há nela um capítulo específico acerca de transparência, controle e fiscalização.
 - (E) incentivam-se audiências públicas, desde que ocorram após os processos de elaboração e discussão dos planos, lei de diretrizes orçamentárias e orçamentos.
-
34. Embora a conclusão da montagem do arquivo final de auditoria constitua processo administrativo desprovido de novos testes e conclusões, novas modificações de natureza administrativa podem ser feitas na documentação de auditoria nessa etapa, para suprimir, apagar ou descartar
- (A) evidências desfavoráveis à conclusão apresentada.
 - (B) referências cruzadas aos documentos de trabalho.
 - (C) documentação superada.
 - (D) evidência de auditoria que o auditor obteve antes da data do relatório de auditoria.
 - (E) identificação de quem executou o trabalho de auditoria.

Direito Administrativo

35. Um particular que tenha auxiliado um empregado de uma entidade a ocultar determinado montante de recursos desviados do repasse mensal promovido por ente federado,
- (A) comete ato de improbidade, pois auxiliou na prática de ato que causa lesão ao erário, modalidade que se tipifica mediante configuração de conduta dolosa do agente público, ainda que equiparado.
 - (B) pode ser responsabilizado na esfera administrativa e criminal, mas as disposições da lei de improbidade não podem lhe alcançar, diante da ausência de vínculo funcional com a entidade lesada.
 - (C) deve ser responsabilizado por ato de improbidade, não necessariamente na modalidade em que seria incurso o empregado da entidade, independentemente da responsabilização deste, pois mantêm vínculos jurídicos distintos com o sujeito passivo.
 - (D) pode sofrer a aplicação de sanções previstas na lei de improbidade, se os recursos públicos destinados à entidade em questão representarem, por exemplo, 60% da receita anual e desde que o agente público envolvido seja responsabilizado pela prática de ato de improbidade.
 - (E) configura ato de improbidade que gera enriquecimento ilícito desde que a entidade em questão seja integrante da administração indireta, requisito legal para a configuração de sujeito passivo de improbidade.

36. No estacionamento do Fórum de um determinado município, um advogado colidiu com uma viatura da polícia militar que estava no local para fazer o transporte de presos para audiência. Diante das avarias no veículo, o advogado ingressou com ação de indenização contra o Estado, fundamentando seu pedido na responsabilidade objetiva do Estado,
- (A) que prescinde de prova de culpa do agente público e da demonstração de nexos de causalidade, desde que comprovados danos concretos.
 - (B) sendo inevitável a procedência do pedido, diante da teoria da responsabilidade objetiva pura, que estabelece responsabilidade do ente público pelos atos e fatos ocorridos em imóveis públicos.
 - (C) sendo possível ao Estado deduzir, em defesa, culpa exclusiva da vítima, demonstrado que tenha sido o advogado o exclusivo responsável pelo acidente.
 - (D) que exige demonstração do nexos causal, suficiente para conduzir à procedência, não admitindo excludentes de responsabilidade.
 - (E) a ser julgada improcedente, considerando que a viatura envolvida no acidente estava em situação de estrito cumprimento de dever legal, prevalecendo o princípio da supremacia do interesse público.
-
37. A celebração de um contrato de fornecimento de suprimentos hospitalares
- (A) exige prévia realização de licitação, admitida em qualquer de suas modalidades, excetuado o pregão, por não atender aos requisitos legais necessários à sua instauração.
 - (B) formaliza relação jurídica entre o poder público e particular, sujeita a regime jurídico de direito público, excetuado quanto ao controle, exclusivamente judicial.
 - (C) pode ser objeto de anulação, diante de vício de legalidade, mas não admite rescisão unilateral por parte da Administração pública se submetido ao regime da Lei nº 8.666/1993.
 - (D) admite rescisão unilateral pelas partes, desde que qualquer uma destas comprove a alteração da situação fático-jurídica do momento da contratação, ocasionando excessiva oneração.
 - (E) não impede a possibilidade de desfazimento em sede de controle realizado pela própria Administração pública, observada a necessidade de demonstração de vício de legalidade nos casos de anulação do instrumento.
-
38. A titularidade de um terreno desocupado pode interferir em sua disponibilidade porque
- (A) permite inferir o regime jurídico ao qual está sujeito, podendo ser alienado, penhorado e usucapido na hipótese de pertencer a uma sociedade de economia mista que atue na exploração de atividade econômica.
 - (B) quando pertencente a autarquias, o descumprimento da função social da propriedade passa a ensejar a prescritibilidade do bem.
 - (C) se for de propriedade de sociedade de economia mista prestadora de serviço público, dependerá de autorização legislativa para ser alienado ou onerado.
 - (D) o regime jurídico de direito público que tutela os bens públicos não se estende àqueles de propriedade dos entes integrantes da Administração indireta, tais como empresas públicas e fundações.
 - (E) os bens pertencentes à pessoas jurídicas de direito público são absolutamente inalienáveis, sejam eles bens de uso comum do povo, de uso especial ou dominicais, independentemente da afetação a que estejam sujeitos.
-
39. O procedimento disciplinar é obrigatório e indispensável para
- (A) apuração de faltas disciplinares puníveis com demissão, quando cometidas por servidores públicos estáveis, dispensando-se o rigorismo do processo quando se tratar de penas mais leves, como advertência ou demissão.
 - (B) aplicação de penalidades disciplinares a agentes públicos, sujeitos a vínculo celetista ou estatutário, vez que em ambos os casos há prévia submissão a concurso público e garantia de estabilidade.
 - (C) rescisão de contrato de trabalho sujeito à Consolidação das Leis do Trabalho, aplicável aos servidores da Administração indireta, porque sujeitos a prévio estágio probatório e garantidos pela estabilidade.
 - (D) apuração de imputação de infração disciplinar e, se confirmada, conseqüente aplicação de penalidades a servidor público sujeito a regime estatutário.
 - (E) os servidores públicos ocupantes de cargo efetivo, desde a posse, salvo nos casos de dolo ou má-fé, que afastam o rigorismo do processo em prol do interesse público inequívoco.

**Contabilidade Aplicada ao Setor Público**

40. Em 17/11/2017, uma agência internacional doou material de expediente para uma entidade pública após chuvas torrenciais que ocasionaram danos na referida entidade. Assim, de acordo com a NBC TSP 04, o custo do estoque de material de expediente na entidade pública receptora foi mensurado pelo
- (A) valor de custo para a entidade pública receptora em 17/11/2017.
 - (B) valor realizável líquido para a agência internacional em 31/12/2017.
 - (C) custo corrente de reposição para a entidade pública receptora em 17/11/2017.
 - (D) valor justo para a entidade pública receptora em 31/12/2017.
 - (E) valor justo para a entidade pública receptora em 17/11/2017.

41. De acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, o lançamento da receita de R\$ 8.500,00 referente ao valor principal de aluguel de um bem imóvel, cujo montante foi acordado considerando os preços praticados no mercado, em uma entidade pública, dá origem a uma receita
- (A) com contraprestação.
 - (B) sem contraprestação.
 - (C) orçamentária de capital.
 - (D) orçamentária de serviços.
 - (E) extraorçamentária de capital.

Via @carla_gabola

42. Considere as seguintes transações realizadas no mês de agosto de 2018 em uma determinada entidade pública:
- Arrecadação de Receitas de Serviços no valor de R\$ 35.000,00. Tais receitas são referentes ao mês de julho de 2018.
 - Lançamento de Receitas de Serviços no valor de R\$ 32.000,00. Tais receitas são referentes ao mês de agosto de 2018 e foram arrecadadas em setembro de 2018.
 - Empenho de despesa referente à aquisição de material de consumo no valor de R\$ 10.000,00. A entrega do material pelo fornecedor ocorreu em 14/08/2018, data em que a despesa foi liquidada pelo valor total do empenho. Tal despesa foi paga em 29/08/2018 pelo valor total do empenho e todo o material foi utilizado para a prestação de serviços à população em setembro 2018.
 - Reconhecimento de perdas de estoques no valor de R\$ 5.000,00 para ajustá-lo ao valor realizável líquido.

Com base nas transações ocorridas no mês de agosto de 2018 tomadas em conjunto, o impacto no resultado patrimonial referente ao exercício financeiro de 2018 foi um aumento, em reais, de

- (A) 22.000,00
 - (B) 27.000,00
 - (C) 30.000,00
 - (D) 17.000,00
 - (E) 20.000,00
43. Em 24/09/2018, o ordenador de despesas de uma determinada entidade pública empenhou despesa no valor de R\$ 5.000,00 referente à aquisição de material de expediente. Assim, de acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, em 24/09/2018, para o registro do empenho quanto à natureza da informação
- (A) orçamentária, a entidade pública creditou uma conta do grupo Controles da Aprovação do Planejamento e Orçamento.
 - (B) patrimonial, a entidade pública debitou uma conta da classe Variações Patrimoniais Diminutivas.
 - (C) de controle, a entidade pública creditou uma conta do grupo Controles Devedores.
 - (D) orçamentária, a entidade pública creditou uma conta da classe Controles da Execução do Planejamento e Orçamento.
 - (E) de resultado, a entidade pública debitou uma conta do grupo Variações Patrimoniais Diminutivas.



44. Em um determinado ente público, o valor dos Restos a Pagar inscritos por ele em 31/12/2017 devem ser computados na
- (A) despesa orçamentária do Balanço Orçamentário referente ao ano de 2017 para compensar a sua inclusão na receita extraorçamentária em tal demonstração contábil do referido ente.
 - (B) receita orçamentária do Balanço Orçamentário referente ao ano de 2017 para compensar a sua inclusão na despesa extraorçamentária em tal demonstração contábil do referido ente.
 - (C) despesa extraorçamentária do Balanço Financeiro referente ao ano de 2017 para compensar a sua inclusão na despesa orçamentária em tal demonstração contábil do referido ente.
 - (D) receita extraorçamentária do Balanço Financeiro referente ao ano de 2017 para compensar a sua inclusão na despesa orçamentária em tal demonstração contábil do referido ente.
 - (E) receita extraorçamentária do Balanço Financeiro referente ao ano de 2017 para compensar a sua inclusão na receita orçamentária em tal demonstração contábil do referido ente.
-
45. De acordo com as determinações da NBC TSP Estrutura Conceitual sobre as características qualitativas da informação incluída nos Relatórios Contábeis de Propósito Geral das Entidades do Setor Público – RCPGs, a
- (A) relevância é uma característica qualitativa da informação que é alcançada quando a representação do fenômeno por uma determinada entidade pública é completa, neutra e livre de erro material tanto quanto possível.
 - (B) verificabilidade é uma característica qualitativa da informação que ajuda a assegurar aos usuários que a informação contida nos RCPGs representa fielmente os fenômenos econômicos ou de outra natureza que se propõe a representar.
 - (C) consistência é uma característica qualitativa da informação que é alcançada quando os mesmos princípios e/ou políticas contábeis são utilizados de período a período por uma determinada entidade pública.
 - (D) materialidade é uma característica qualitativa da informação que assegura que a informação contábil-financeira será material se sua omissão puder influenciar o processo de tomada de decisão dos usuários.
 - (E) neutralidade é uma característica qualitativa da informação que ajuda a assegurar aos usuários que o retrato da realidade econômica contido nos RCPGs é desprovido de viés na seleção da informação contábil-financeira que se propõe a representar.

Direito Financeiro

46. A respeito das competências legislativas dos entes federados para criarem seus orçamentos, a Constituição Federal dispõe que
- (A) o Congresso Nacional, através de resolução, pode delegar competência ao Presidente da República para legislar sobre orçamentos.
 - (B) a iniciativa das leis orçamentárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional.
 - (C) compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre orçamento.
 - (D) a sessão legislativa não será interrompida sem a aprovação do projeto de lei orçamentária anual.
 - (E) o plano plurianual e a lei de diretrizes orçamentárias, em caso de relevante interesse público, podem ser alterados por medida provisória.
-
47. Conforme a Constituição Federal e a Lei de Responsabilidade Fiscal (LC nº 101/2000),
- (A) compete privativamente ao Congresso Nacional dispor sobre limites globais e condições para as operações de crédito externo e interno da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, de suas autarquias e demais entidades controladas pelo Poder Público municipal.
 - (B) é vedado, à União, aos Estados e ao Distrito Federal a realização de operações de crédito que excedam o montante das despesas de capital, ainda que o Poder Legislativo respectivo aprove lei, por maioria absoluta de seus membros, que autorize tais operações a título de créditos especiais.
 - (C) é proibida a operação de crédito entre uma instituição financeira estatal e o ente da Federação que a controle, na qualidade de beneficiário do empréstimo, não podendo a instituição financeira controlada adquirir, no mercado, títulos da dívida pública para atender investimentos de seus clientes, ou títulos da dívida de emissão da União para aplicação de recursos próprios.
 - (D) a operação de crédito por antecipação de receita destina-se a atender insuficiência de caixa durante o exercício financeiro estará proibida nos últimos 18 meses de mandato do Presidente, Governador ou Prefeito Municipal, ainda que as operações anteriores da mesma natureza tenham sido integralmente resgatadas.
 - (E) os contratos de operação de crédito externo, realizados pelos entes da Federação, não conterão cláusula que importe na compensação automática de débitos e créditos.



48. No que se refere aos créditos adicionais, especiais, suplementares e extraordinários, no âmbito das finanças e orçamento público, e considerando o disposto na Constituição Federal e na Lei nº 4.320/1964, é correto afirmar:
- (A) A abertura de crédito suplementar somente será admitida para atender a despesas imprevisíveis e urgentes, como as decorrentes de guerra, comoção interna ou calamidade pública, e quando o governo federal decretar intervenção federal, estado de defesa ou estado de sítio.
 - (B) Créditos suplementares são os destinados a despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica.
 - (C) Os créditos especiais e extraordinários terão vigência no exercício financeiro em que forem autorizados, salvo se o ato de autorização for promulgado nos últimos quatro meses daquele exercício, caso em que, reabertos nos limites de seus saldos, serão incorporados ao orçamento do exercício financeiro subsequente.
 - (D) Os créditos suplementares e especiais serão autorizados e abertos somente através de lei complementar.
 - (E) créditos adicionais são as autorizações de despesa computadas na Lei de Orçamento.

49. A Emenda Constitucional nº 95 de 2016 instituiu Novo Regime Fiscal no âmbito dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, para vigorar por vinte exercícios financeiros, estabelecendo, entres outras, as seguintes regras:
- I. Ficam estabelecidos, para cada exercício, limites individualizados para as despesas primárias do Poder Executivo, de órgãos do Poder Judiciário (STF, STJ, CNJ, Justiça Federal, Justiça Militar da União, Justiça Eleitoral, Justiça do Distrito Federal e Territórios), do Senado, da Câmara dos Deputados, do Tribunal de Contas da União, do Ministério Público da União e da Defensoria Pública da União.
 - II. Para o exercício de 2017, cada um dos limites das despesas primárias a serem observados pelos Órgãos Federais, mencionados na EC 95/2016, equivalerá à despesa primária paga no exercício de 2016, incluídos os restos a pagar pagos e demais operações que afetam o resultado primário, corrigida em 7,2% (sete inteiros e dois décimos por cento).
 - III. Para os exercícios posteriores ao exercício de 2017, cada um dos limites das despesas primárias a serem observados pelos Órgãos Federais, mencionados na EC 95/2016, equivalerá ao valor do limite referente ao exercício imediatamente anterior, sem correção ou atualização monetária.
 - IV. A Emenda Constitucional nº 95/2016 estabelece os limites das despesas primárias de órgãos federais, determinando a inclusão, na base de cálculo e nos referidos limites estabelecidos, dos créditos extraordinários previstos na Constituição Federal, as despesas não recorrentes da Justiça Eleitoral com a realização de eleições e as despesas com aumento de capital de empresas estatais não dependentes.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I e II.
 - (B) II e III.
 - (C) I, II e III.
 - (D) III.
 - (E) I e IV.
50. Sobre as dívidas públicas flutuantes e fundadas, a Constituição Federal, a Lei complementar nº 101/2000 e a Lei nº 4.320/1964 dispõem que:
- (A) a dívida fundada compreende os restos a pagar, excluídos os serviços da dívida; os serviços da dívida a pagar; os depósitos; e os débitos de tesouraria.
 - (B) dívida flutuante é o montante total, apurado sem duplicidade, das obrigações financeiras do ente da Federação, assumidas em virtude de leis, contratos, convênios ou tratados e da realização de operações de crédito, para amortização em prazo superior a doze meses.
 - (C) dívida pública consolidada ou fundada é representada por títulos emitidos pela União, inclusive os do Banco Central do Brasil, Estados e Municípios,
 - (D) será incluída na dívida pública consolidada da União a relativa à emissão de títulos de responsabilidade do Banco do Brasil.
 - (E) a União poderá intervir em Estado ou no Distrito Federal para reorganizar as finanças da unidade da Federação, se esta suspender o pagamento da dívida fundada por mais de dois anos consecutivos, salvo motivo de força maior; ou se a referida unidade deixar de entregar aos Municípios receitas tributárias fixadas na Constituição, dentro dos prazos estabelecidos em lei.



PROVA DISCURSIVA-REDAÇÃO

Instruções Gerais:

Conforme Edital publicado. Capítulo 10: 10.4 Na aferição do critério de correção gramatical, por ocasião da avaliação do desempenho na Prova Discursiva-Redação, os candidatos devem usar as normas ortográficas em vigor a partir de 1 de janeiro de 2016, implementadas pelo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa. 10.5 Será atribuída nota ZERO à Prova Discursiva-Redação que: a. fugir à modalidade de texto solicitada e/ou ao tema proposto; b. não atender aos critérios dispostos nos quesitos 10.3.1 – **Conteúdo**, 10.3.2 – **Estrutura** e 10.3.3 – **Expressão** c. apresentar texto sob forma não articulada verbalmente (apenas com desenhos, números e palavras soltas ou em versos) ou qualquer fragmento de texto escrito fora do local apropriado; d. for assinada fora do local apropriado; e. apresentar qualquer sinal que, de alguma forma, possibilite a identificação do candidato; f. for escrita a lápis, em parte ou em sua totalidade; g. estiver em branco; h. apresentar letra ilegível e/ou incompreensível; i. não atender aos requisitos definidos na grade correção/máscara de critérios pela Banca Examinadora. 10.6 Na Prova Discursiva-Redação, a folha para rascunho no Caderno de Provas será de preenchimento facultativo. Em hipótese alguma o rascunho elaborado pelo candidato será considerado na correção pela Banca Examinadora. 10.7 Na Prova Discursiva-Redação deverão ser rigorosamente observados os limites mínimo de 20 (vinte) linhas e máximo de 30 (trinta) linhas, sob pena de perda de pontos a serem atribuídos à Redação. 10.8 A Prova Discursiva-Redação terá caráter eliminatório e classificatório e será avaliada na escala de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, considerando-se habilitado o candidato que nela obtiver nota igual ou superior a **60 (sessenta) pontos**.

Observação: NÃO é necessária e/ou obrigatória a colocação de título na sua Redação.

Toda cultura incorpora um ideal de felicidade: a vida das nações, não menos que a dos indivíduos, é vivida, em larga medida, na imaginação.

Além da dimensão pragmática, uma discussão das perspectivas da cultura no século XXI deve essencialmente perguntar: qual é a constelação de valores que ilumina nosso sonho coletivo? Existe uma utopia ou forma de vida ideal que energiza a alma de um povo na atualidade?

(Adaptado de: Eduardo Giannetti. **O elogio do vira-lata**. São Paulo: Cia. das Letras, 2018, ed. digital)

Com base nas ideias expostas acima, escreva um texto dissertativo-argumentativo. Justifique seu ponto de vista.

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	